

DE 2015

## Ação no MP defende a tese de que é impossível cobrar IPTU em terrenos não regulares

Legislativo aguarda resposta do MP

Após receber diversas reclamações de moradores da Vila Esperança, Rua dos Imigrantes (Trilhos) e também do Sítio Mariana, o Vereador Márcio Müller (PTB) entrou com uma representação junto ao Ministério Público, para que este intervenha na questão, no intuito de interromper as cobranças e cancelar os débitos pendentes de 2014 dos moradores destas áreas.

Da Redação/Bruno Zietlow

Montenegro - Antes de realizar a representação, o vereador consultou uma assessoria jurídica especializada em habitação, e chegou a conclusão de que a cobrança é ilegal, o que motivou a acionar o MP para que resolva esta questão.

Entre os motivos apresentados por Márcio, está a questão da regularização



da área, que já deveria ter sido feita, porém continua sem conclusão. “Enquanto não houver a regularização, não há embasamento legal para cobrar o IPTU”, salienta Márcio. Questões de infraestrutura urbana, como esgoto e pavimentação também estão faltando no

local, o que motivou mais ainda o vereador a entrar com a representação contra a cobrança. “Primeiro deve-se dar condições dignas de vida aos moradores do local, para que depois haja algum tipo de cobrança”, explica Müller. Enquanto o assunto é analisado pe-

los promotores, o vereador recomenda a população a não pagar o imposto, visto a possibilidade de sua ilegalidade.

Como o imposto tem vencimento no dia 30 de abril, foi pedido urgência ao MP, que deve analisar a matéria o mais breve possível.